

“UMA ANDORINHA SÓ NÃO FAZ VERÃO”: A INTEGRAÇÃO DO EDUCADOR FÍSICO NA REDE DE SUPORTE SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: DISCUSSÕES A PARTIR DE UM CURSO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

Heliana Castro Alves

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberada, Minas Gerais, Brasil

Aline Dessupoio Chaves

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberada, Minas Gerais, Brasil

Daniela Tavares Gontijo

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberada, Minas Gerais, Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é descrever e analisar os conteúdos discutidos e observados durante um curso de capacitação direcionado para educadores físicos de um programa social, sobre a realidade de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Os dados foram coletados a partir de diário de bordo e grupo focal e analisados utilizando análise temática de conteúdo. Conclui-se que temas relacionados à vulnerabilidade social devem ser levados em consideração no processo de reformulação das propostas de formação básica e continuada para profissionais em formação ou no exercício de sua prática, possibilitando a compreensão da função do educador e de programas sociais na integração entre a rede de suporte social e esse público.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social. Educação Física.

Introdução

O sistema socioeconômico neoliberal promove processos de exclusão e vulnerabilidade social que se manifestam no acesso restrito aos bens materiais, simbólicos e culturais de uma parcela da população marginalizada socialmente, abrangendo situações que ferem os direitos humanos (GALHEIGO, 2003). Esse processo pode atingir o desenvolvimento de aspectos físicos e psicossociais de crianças e adolescentes e se expressar no cotidiano a partir de situações de violência, uso de substâncias psicoativas, prostituição infantil, abandono e deficiência, demandando uma maior visibilidade nas políticas de atenção aos seus direitos.

A vulnerabilidade pode ser entendida como uma forma de existência social marcada pela fragilidade das relações estabelecidas pelos sujeitos no mundo do trabalho e no contexto social mais próximo. Essa fragilidade, que decorre tanto da participação desses sujeitos de forma inconstante e aleatória no mundo do trabalho quanto pela escassez de relações sociais que lhes sejam significativas, pode, através do agravamento, culminar na situação de desfiliação social (CASTEL, 2005).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define proteção integral como garantia da efetivação de direitos referentes à vida, à dignidade e à saúde (BRASIL, 2002). Atualmente há uma crescente demanda por profissionais que realizem ações educativas com pessoas e grupos que sofrem o processo de vulnerabilidade social, para compor uma rede de proteção à infância e à adolescência em defesa de seus direitos básicos.

Efetivar a proteção integral requer a articulação de uma rede de atenção composta por entidades governamentais e não governamentais, programas, políticas sociais, recursos públicos e privados. Compreende-se por “rede de suporte social” uma forma coletiva de planejamento e organização que envolve entidades e programas governamentais e não governamentais, comunidades, recursos e ações que garantam a proteção integral da criança e do adolescente (FUNDAÇÃO PRÓ-MENINO, 2010). A rede deve ser articulada para que se efetive o atendimento integral e a defesa dos direitos, sendo que essa articulação entre diferentes entidades e setores sociais só é possível se houver uma efetiva comunicação que sustente uma atenção integralizada.

Entre os campos de conhecimento que contribuem para a construção da rede de atenção a crianças e adolescentes encontra-se a Educação Física (EF). Para Nunes Jr., Amaral e Nakamoto (2008), considera-se hoje o esporte institucionalizado como instrumento para a inclusão social a partir de políticas e programas sociais que visam à oferta de esporte e lazer para uma parcela da população marginalizada socialmente.

O esporte tem na sua evolução relações intrínsecas com a organização e a estruturação da sociedade. Observa-se na dinâmica esportiva que com a evolução do processo de civilização a sociedade modificou suas relações sociais, aumentando a capacidade de autocontrole emocional, presente no esporte, e o limiar da repugnância à violência. À

medida que o processo civilizador avançava, as práticas esportivas e de lazer tornavam-se também mais controladas, menos violentas e mais regradas. Nesse sentido, esporte e civilização são processos encapsulados (PRONI; LUCENA, 2002).

A EF tem sido cada vez mais convidada para compor equipes em programas sociais. Estes, segundo a crítica de Mezzaroba (2008), ocorrem por meio de um discurso midiático que afirma que essas crianças podem sair da condição em que se encontram para serem representantes da nação brasileira em competições.

De acordo com Tavares (2006), essa instrumentalização da EF, do esporte e do lazer tem conduzido muitos projetos dotados de boas intenções a não se efetivarem como elementos de mudança da realidade local das comunidades ou de transformação social mais ampla. Acrescenta-se a isso a existência de uma carência técnica na área da EF para a aferição dos resultados dos seus programas sociais. O que se observa geralmente em relação às propostas dos projetos oferecidos a jovens em situação de vulnerabilidade social é o objetivo de tirá-los do mundo do crime, ocupando-os com atividades educativas, esportivas, culturais e de formação para o trabalho. Acredita-se, assim, que o espaço deixado pela carência de atividades possa ser ocupado pelo crime ou pelo ócio (GONÇALVES, 2003).

No entanto, o esporte visto como uma prática cultural que reúne em si valores que se espelham na própria sociedade, tornou-se constante no âmbito da cultura corporal pelo movimento e, também, objeto de estudo de variados campos do saber, pela capacidade de mobilização social (TUBINO, 1997). É importante, portanto, que o esporte seja tratado de forma adequada pelos promotores de políticas públicas, na proposta de ações para monitorar e inserir recursos que possibilitem às populações marginalizadas o resgate da cidadania e a participação social.

De acordo com Guedes et al. (2006), são poucos os estudos que realizam análises de projetos sociais esportivos no Brasil. Contudo, registram-se algumas pesquisas enfocando projetos sociais específicos, como o trabalho de Zalar (1994), que analisa três programas com dimensões diversas. Outras importantes referências são os trabalhos de Gonçalves (2003), no Rio de Janeiro, o de Deccache-Maia (2003), na cidade de Niterói e, mais recentemente, o de Melo (2005).

A inclusão de educadores sociais na rede de atenção aos direitos da criança e do adolescente deve ser efetivada a partir de políticas que

garantam a qualidade do atendimento, integrando cada programa e profissional a uma efetiva rede de atenção. Para isso, é essencial a construção de uma compreensão ampliada acerca de perspectivas para o atendimento prestado à população socialmente marginalizada, possibilitando a oferta de subsídios para a construção de políticas públicas de formação para profissionais.

O objetivo deste artigo é descrever e analisar os conteúdos discutidos e observados a partir do curso de capacitação direcionado aos educadores físicos de um programa municipal de cunho social, sobre a realidade de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social.

Metodologia

A pesquisa foi originada em uma capacitação oferecida pelos cursos de Terapia Ocupacional (TO) e EF de uma universidade pública, para os professores de EF que trabalham em um programa social. O curso objetivou a construção de novos conhecimentos considerando a prática profissional voltada às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social numa perspectiva interdisciplinar.

A capacitação ocorreu no período de trabalho, como parte da formação continuada oferecida pela prefeitura e teve a carga horária de 24 horas, contemplando três temáticas: inclusão e vulnerabilidade social; função do educador e esporte educacional.

Esse curso foi vinculado a um projeto de pesquisa de abordagem qualitativa aprovado pelo CEP sob o número 1412 e se caracterizou como estudo de caso. Os dados foram coletados durante o curso a partir de observação participante registrada em Diário de Campo, questionários e grupo focal com os 33 participantes que assinaram o Termo de Consentimento.

A análise de dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo temática de Bardin (1979), sendo que neste artigo analisa-se apenas uma parte dos dados relacionada à avaliação do curso de capacitação refletida nas categorias “O educador frente à vulnerabilidade social” e “O esporte inserido na rede de suporte social”.

Resultados e discussão

A primeira categoria, “O educador frente à vulnerabilidade social”, descreve o processo de sensibilização dos professores diante da função social do esporte como estratégia de enfrentamento, além da identificação e compreensão da realidade de crianças em situação de vulnerabilidade social e da defesa de direitos.

Os professores identificaram o conceito de vulnerabilidade social com o público atendido, assim como as demandas da prática desenvolvida, demonstrando, diante recursos utilizados, como vídeos, relatos de caso, entre outros, diferentes reações que variaram da simples identificação à aversão, angústia e reflexão:

[...] me sinto mal vendo isso, mas é a realidade (DB).¹

O que vocês mostraram para gente, [...] da vulnerabilidade. A gente tem uma grande quantidade de alunos nesta situação (GF).²

Ao longo do curso, os participantes passaram a descrever os casos atendidos no programa social em que trabalham, a identificar os problemas vivenciados e a apontar dúvidas ou afirmativas em relação às possíveis ações de acordo com as demandas apresentadas. O processo de sensibilização dos educadores em face da realidade social que atendem também revelou um crescente entendimento de que a função do educador transcende a simples transmissão da técnica esportiva. Nota-se que os participantes passaram a entender que é necessária uma aproximação da história e cotidiano de cada criança para compreender a manifestação de possíveis comportamentos durante a prática do esporte:

Aprendi hoje que não podemos julgar aquela criança que briga, xinga, dá trabalho. Temos que procurar entender o porquê daquela atitude (GF).

O negócio é prática e saber trabalhar com cada criança [...]. Vai de cada professor saber acompanhar o dia a dia de cada criança (GF).

1-DB: fala de participantes registrada literalmente em Diário de Bordo do pesquisador.

2-GF: dados retirados do grupo focal, ao final do curso.

É fundamental que o educador social compreenda como a criança se situa no seu contexto, utiliza seus espaços de vida e situa sua trajetória histórica (D'Aroz, 2008). A convivência diária com o público deve ser compreendida como uma efetiva participação na vida do adolescente ou criança, a partir de mediação de conflitos, orientações, na observação do seu comportamento, escuta ativa, compreensão do seu universo relacional e, por último, apreensão da visão de si mesma. O papel do educador apontado pelo autor corrobora a avaliação dos sujeitos participantes ao final da pesquisa:

[...] ter aquilo de saber como falar melhor com eles, saber dar conselhos, saber o porquê do problema (GF).

Outro aspecto observado se relaciona à discussão sobre a realidade social e defesa de direitos humanos. Durante o curso, os professores de EF fizeram questionamentos em relação ao trabalho infantil em face das necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade, posicionando-se, a princípio, a favor desse tipo de trabalho.

Hoje em dia, a criança tem que trabalhar para sobreviver, essa é a realidade (DB).

[...] a realidade é outra, se a criança não trabalha, ela passa fome (DB).

Muitas vezes, a percepção acerca do trabalho infantil esteve alicerçada no relato das próprias experiências relacionadas à entrada precoce no mundo do trabalho, afirmando-o como um fator de moralização/ascensão social. Percebe-se, no entanto, que quando a entrada no mundo do trabalho não impede a inserção da criança na educação formal, os danos no desenvolvimento podem ser menores.

Eu trabalho desde os oito anos e virei gente, mas nunca deixei de ir para a escola (DB).

Campos e Francischini (2003) apontam que há uma perpetuação da representação social sobre o trabalho infantil que nega os evidentes prejuízos ao desenvolvimento socioemocional da criança. A banalização da violência estrutural que impede a concretização dos direitos sociais da criança pode ser um fator determinante para a forma de

entendimento das práticas sociais, dificultando o desenvolvimento de ações que busquem efetivamente a justiça social e a equalização de direitos.

Outro tema abordado pelos educadores refere-se ao potencial do esporte educacional como estratégia para enfrentamento da vulnerabilidade. Os participantes percebem que a prática esportiva nesse contexto deve ser realizada de forma que os aspectos educativos sejam valorizados, possibilitando o desenvolvimento social das crianças. Esses aspectos são colocados em oposição ao ideário predominante do esporte de rendimento.

O [programa] prega a socialização, integração educacional, co-operação e trabalhar o esporte de diversas maneiras (DB).

Todo esporte pode ser criado e reinventado diante das características pessoais de quem o pratica e a partir de metodologias que façam o aluno compreender seus valores, considerando os aspectos comportamentais, conceituais e atitudinais que são fundamentais para o seu desenvolvimento (ASSIS DE OLIVEIRA, 2001).

Em uma das falas, o educador revela que o esporte

[...] trabalha limites, respeito, regras que são levadas do esporte para [a] vida (DB).

As falas dos participantes revelam um norteamento educativo da prática esportiva, afirmando que esta contribui para reforçar o desenvolvimento de valores como a moral, a ética, a fraternidade e a cooperação, constituindo um meio de convivência social. A ação profissional nesse contexto caracteriza-se pelas responsabilidades e possibilidades de atuação mais amplas sobre o processo de desenvolvimento humano. Gonçalves (2003) afirma que o esporte possui boa aceitação entre os jovens em situação de vulnerabilidade social por ir ao encontro de suas necessidades socioemocionais, além de promover uma sociabilidade positiva.

Os participantes afirmam, porém, que o esporte de rendimento é mais valorizado, dificultando a ação do professor, que deveria, nesse contexto, priorizar valores socioeducacionais em contraponto à competição exacerbada e à seleção de poucos habilidosos. O esporte educacional não é mais um esforço metodológico para implementação de

técnicas: trata-se de uma filosofia política que se define a partir de princípios norteadores de uma atividade humana. Para alcançar fins educacionais, o esporte deve ser trabalhado seguindo alguns princípios, como: participação, cooperação, inclusão, coeducação e corresponsabilidade, promovendo, assim, o desenvolvimento global do educando (Ferreira, 1996).

Os participantes identificam que o esporte inserido por programas sociais numa comunidade desprovida de recursos constitui uma importante alternativa para o desenvolvimento das crianças, por ser uma atividade importante para a área de desempenho do lazer dessa população:

[...] eu vejo [o programa] fazendo parte da vida deles mesmo. Tem alunos que quando chegam as férias falam: “o que eu vou fazer na minha casa?”. Quando tem mudança de endereço, eles ficam perdidos (GF).

Esse dado aponta a relevância do esporte e das áreas de lazer para regiões marginalizadas e revela a carência de espaços para a efetivação da garantia do desenvolvimento e dos direitos humanos básicos. As políticas públicas devem instrumentalizar as comunidades em situação de vulnerabilidade social para que elas entendam que o lazer é um direito de todos e um dever do Estado, e para que se percebam como sujeitos históricos e agentes transformadores em busca de uma sociedade onde trabalho e tempo livre possam ser dotados de sentido (SAGRILLO; BACCIN; BOTH, 2007).

A segunda categoria temática, “O esporte inserido na rede de suporte social”, traz as discussões relacionadas à interdisciplinaridade, à intersetorialidade e à inserção de programas esportivos na rede de suporte social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como a identificação de fatores de risco e proteção para o desenvolvimento humano.

Um dos aspectos ressaltados é a compreensão da interdisciplinaridade e da intersetorialidade, essenciais para o trabalho em rede. Os educadores primeiramente demonstram dificuldade para compreender as possibilidades de interação com outras áreas do conhecimento, como a TO, na construção de práticas favoráveis para o desenvolvimento do trabalho junto a populações marginalizadas.

A interdisciplinaridade compreende ações integradas e inter-relacionadas de profissionais oriundos de diversos saberes diante da superação da fragmentação do conhecimento das especificidades de cada área. Essa modalidade é um instrumento importante para a construção de práticas em diversos campos de atuação, compreendendo um olhar sistêmico sobre a natureza dos objetos de intervenção. É necessária uma relação entre as áreas de conhecimento para que se possam abarcar de forma complexa fenômenos sociais multifacetados, entre eles, a exclusão e a vulnerabilidade social (GOMES, 1997).

Nesse sentido, a TO e a EF, profissões historicamente constituídas nos campos da saúde, bem-estar e educação, atualmente têm buscado realizar interfaces com outros campos do conhecimento, constituindo práticas metodológicas territoriais voltadas para a promoção da saúde de populações marginalizadas.

Em relação à compreensão de rede de suporte social e intersetorialidade, foram apresentadas aos participantes as possibilidades de composição de uma rede de proteção, identificando programas sociais em que a EF está inserida, em que se deve prever a necessária relação entre os diversos equipamentos sociais entre si e destes com os demais componentes e órgãos de proteção que participam dessa rede de proteção, para uma ação eficaz. A concepção de corresponsabilidade e comunicação entre os diversos equipamentos e programas sociais foi observada pelos professores de EF após as oficinas:

[o esporte] é um meio, mas também a UBS, assistentes sociais, [...] tudo é junto com o [programa] que vai ajudar as crianças (DB).

Os participantes levantaram a importância de compreenderem o lugar do esporte na rede de suporte, possibilitando um apoio social para a comunidade e no atendimento a crianças. As falas também revelam a compreensão de que as práticas esportivas dos diversos programas sociais não devem trabalhar isoladamente, mas em comunicação e ação com outros setores.

Cada componente da rede de proteção desempenha uma função específica e se articula com outros, visando a um quadro maior junto a entidades de apoio. São os nós da rede articulada que oferecem a sustentabilidade nas ações com as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. No entanto, a rede só é efetiva se for articulada e houver

comunicação entre os diversos componentes. Considerando as diversas áreas de assistência que o ECA preconiza (saúde, lazer etc), faz-se necessário o entendimento de que nenhuma organização social, nenhum órgão público ou mesmo o governo em suas três esferas tem condições de realizar essa tarefa sozinho (FUNDAÇÃO PRÓ-MENINO, 2010). Isso pôde ser evidenciado na seguinte fala:

Aprendi hoje que uma andorinha sozinha não faz verão [...] cada um tem que fazer sua parte (DB).

Outro aspecto abordado foi a compreensão dos fatores de risco e de proteção, compreendidos pela Psicologia como dois polos que coexistem na relação entre sujeito e sociedade, reconhecendo-se o dinamismo interacional entre eles (FILHO; GUZZO, 2006). Analisando-se o contexto da criança numa perspectiva ecológica, é possível distinguir fatores macrossociais (como a desigualdade social ou falta de políticas públicas) e microssociais (violência intrafamiliar, alcoolismo etc) que influenciam seu desenvolvimento (CECCONELLO, 2003).

Ao serem discutidos estudos de caso baseados em histórias reais ou fictícias, alguns participantes demonstraram relacionar o esporte diretamente como um elemento que compõe os fatores de proteção para o enfrentamento da vulnerabilidade social, embora não citassem especificamente o programa social no qual trabalham:

Ninguém falou do [programa], quer dizer, ninguém retratou que ele é uma fonte de melhorias para as crianças em situação de vulnerabilidade social (DB).

A dificuldade de relacionar diretamente o programa social como um elemento e fator de proteção para o desenvolvimento pode revelar, por um lado, uma dificuldade inicial em dimensionar o papel específico do professor de EF na rede de proteção, embora consigam observar o valor socioeducativo do esporte. Na opinião de Miranda (2008), para que os projetos sociais em esporte e lazer obtenham êxito e cumpram seu papel transformador nas comunidades vulneráveis, é necessário que sejam desenvolvidos com a mesma eficiência de uma empresa, mas com comprometimento e responsabilidade social muito maior. Isso não significa assumir uma postura empresarial dos proble-

mas sociais, mas compreender que esse trabalho deveria ter a mesma qualidade daquele oferecido às ilhas de inclusão.

Alguns autores sustentam que a EF pode auxiliar no equacionamento das desigualdades e mazelas sociais a partir do acesso ao esporte. A visão da sociedade em relação à EF como promotora da saúde (FARINATTI; FERREIRA, 2006), ao esporte como moralizador e disciplinador e ao lazer como forma de entretenimento (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003) contribui, portanto, para que surjam projetos por vezes equivocadamente planejados e avaliados, do ponto de vista do impacto sobre os problemas sociais que se propõem a resolver.

Os participantes reconhecem que a escola e a família deveriam constituir, em condições ideais, importantes fontes de suporte para crianças inseridas em contextos sociais vulneráveis. No entanto, ao relatarem as histórias de vida das crianças e adolescentes que acompanham, apontam elementos como violência, drogadição etc, que enfraquecem o núcleo familiar e, portanto, a possibilidade de proteção da criança. No estudo de Ceconello (2003) identificaram-se diversos fatores de risco e proteção, internos e externos a cada uma das famílias. A pobreza e a violência existentes na comunidade tendem a potencializar os efeitos negativos associados a fatores de risco internos à família, como a violência doméstica, o alcoolismo e a depressão materna. Na ausência, porém, de fatores de risco internos, como os maus-tratos, a pobreza não atua como fator de risco para algumas famílias, visto que parecem amparadas pela presença de fatores de proteção, como as características pessoais de seus membros, a coesão familiar e o apoio conjugal/social. Quanto à escola, esta constitui um sistema. Sabe-se que o conjunto de microssistemas pelo qual a criança transita (escola, família) auxilia na criação de uma rede de apoio social. Neste caso, a criança transita por diferentes papéis em vários ambientes, o que favorece seu desenvolvimento.

Os participantes apontaram aspectos macrossociais, como a gestão de políticas públicas, enquanto fatores que influenciam a forma como os programas são desenvolvidos, favorecendo, ou não, determinadas populações. No que diz respeito às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, outro importante fator macrossocial que deve ser levado em consideração é a desigualdade social, fruto da violência estrutural própria do sistema capitalista, que culmina em maior probabilidade de haver violação dos direitos humanos mais elementares (CECONELLO, 2003).

Numa discussão sobre a inserção desses profissionais na rede de suporte social, o tema sobre o processo de notificação de casos de violência ao conselho tutelar configurou um espaço de reflexão e questionamentos. Os participantes revelaram dificuldades em identificar as situações que demandam a notificação de casos para entidades protetivas, além de questionarem a função e os procedimentos do Conselho Tutelar (CT) diante das denúncias. Os profissionais, inicialmente, não identificaram a notificação de violência como uma das possíveis funções do educador, demonstrando, ainda, dificuldades em compreender o papel social do CT e manifestando explicitamente a resistência a essa entidade, em face da suposta pouca resolutividade em alguns casos presenciados.

O CT é definido como um órgão ou instância de proteção à criança e ao adolescente, funcionando como espaço de convergência de denúncia contra maus-tratos e outras questões relativas à cidadania na aplicação de medidas apropriadas (BRASIL, 2002). Molaib (2006) aponta a existência de lacunas entre a legislação e a sua aplicação: junto da falta de articulação da rede de proteção, assistimos algumas vezes à resistência da gestão pública em dar condições de funcionamento para o CT, onde há insuficiência de referenciais teóricos e práticos para o trabalho, além das fragilidades da política de atendimento nos municípios. A realidade social pautada na exclusão, fruto de processos sócio-históricos, também deve ser levada em consideração, demandando medidas no intuito de amenizar essa realidade a partir de políticas e programas de inclusão social que possibilitem a educação da criança no seio familiar.

Conclusão

A discussão conceitual acerca da vulnerabilidade social realizada com professores de EF durante o curso possibilitou a reflexão sobre a importância de os cursos formadores no Ensino Superior oferecerem especial atenção à realização de interfaces com outras áreas do conhecimento. Isso para possibilitar uma formação mais integral, balizando, assim, ações que facilitem a compreensão do profissional em relação ao seu papel junto à rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente.

É importante que se discuta sobre direitos fundamentais da criança e do adolescente, além do papel e relevância social do professor dian-

te do quadro de violação dos direitos básicos e fundamentais. Além disso, os profissionais, ao se integrarem a programas sociais, devem compreender o mapeamento dos equipamentos que possam estar integrados à rede de suporte social para aperfeiçoar e integrar efetivamente a atenção da criança e do adolescente. Enfatiza-se a relevância de capacitações que enfoquem a compreensão de contextos de vulnerabilidade e possibilitem a instrumentalização do professor para elaboração de estratégias e práticas que contribuam para a promoção da inclusão social. Da mesma forma, a gestão pública deve facilitar a comunicação entre as instâncias que compõem a rede, possibilitando uma efetiva concretização da proteção integral e defesa dos direitos desses sujeitos.

A partir da compreensão do esporte como um fenômeno social relevante no contexto social brasileiro, a gestão pública deve, ao propor programas sociais, promover adequada capacitação dos educadores na promoção de ativa reflexão e mudança da práxis, gerando, assim, intervenções que fortaleçam a rede de suporte social.

One swallow does not make a Summer: the integration of the physical educator in the social support network of children and adolescents in a social vulnerability situation: discussions from a continuing education course

Abstract

The aim of this article is to describe and analyze the discussed and observed contents from a training course directed to physical educators of social program. The data were collected during the course from a logbook and a focus group during the course. It is concluded that the themes related to social vulnerability must be taken into consideration in the process of reformulation of the proposal of the basic and continuing formation to physical educators professionals or exercise of their professional practice, allowing the understanding of the role of the educator and social programs in the integration of social support among children in vulnerable situations.

Keywords: Social vulnerabilization. Physical Educator.

“Una golondrina no hace verano”: La integración de Educador Físico en la red de soporte social de niños y adolescentes en situación de vulnerabilidad: discusiones a partir de un curso de educación continua

Resumen

El objetivo de este artículo es describir y analizar los contenidos discutidos y observados durante un curso de capacitación direccionado para educadores físicos de un programa social, referido a la realidad de niños y adolescentes en situación de

vulnerabilidade social. Los resultados fueron generados a partir del análisis temático de los contenidos de la bitácora de trabajo de grupos focales. Se concluye que los temas relacionados con la vulnerabilidade social deben ser llevados en consideración en el proceso de reformulación de propuestas de formación básica y continua, para profesionales en formación o ejercicio de su práctica (profesional), posibilitando la comprensión de la función del educador y de los programas sociales en la integración de la red de soporte social con este público.

Palabras clave: Vulnerabilidade Social. Educación Física.

Referências

ASSIS DE OLIVEIRA, S. **Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Persona, 1979.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Normativas Internacionais. Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente. Brasília, DF: Conanda, 2002.

CAMPOS, H. R.; FRANCISCHINI, R. Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 119-129, 2003.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005

CECCONELLO, A. M. **Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco**. 2003. 320 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, UFRGS, Porto Alegre, 2003.

D'AROS, M. S. **Concepções de cuidado familiar na visão de adolescentes abrigados, das suas famílias e de educadores de uma ONG**. 2008. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação, UFP, Curitiba, 2008.

DECACCHE-MAIA, E. **Esporte e políticas públicas na virada do milênio: o caso de Niterói**. 2003. 338 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

FARINATTI, P. de T. V.; FERREIRA, M. S. **Saúde, promoção da saúde e educação física**: conceitos, princípios e aplicações. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2006.

FERREIRA, N. T. O esporte na formação do cidadão. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ESPORTE EDUCACIONAL, 1996, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Indesp, 1996. p. 93-106.

FILHO, A. E.; GUZZO, R. S. L. Fatores de risco e de proteção: percepção de crianças e adolescentes. **Temas em Psicologia**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 125-141, 2006.

FUNDAÇÃO PRÓ-MENINO. **Formação de uma rede de atendimento**. Disponível em: <www.promenino.org.br>. Acesso em: 26 jul. 2010.

GALHEIGO, S. M. O social: idas e vindas de um campo de ação em terapia ocupacional. In: PÁDUA, E. M. M.; MAGALHÃES, L. V. (Org.). **Terapia ocupacional**. São Paulo: Papyrus, 2003. p. 29-46.

GOMES, D. C. R. (Org.). **Equipe de saúde**: o desafio da integração. Uberlândia: Editora da UFU, 1997.

GONÇALVES, M. A. R. **A vila olímpica da Verde-e-Rosa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GUEDES, S. L.; DAVIES, J. D.; RODRIGUES, M. A.; SANTOS, R. M. Projetos sociais esportivos: notas de pesquisa. In: USOS DO PASSADO - ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpuh, 2006.

MELO, M. P. **Esporte e juventude pobre**: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MELO, V. A. de; ALVES JR., E. de D. **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003.

MEZZAROBA, C. O esporte nos projetos sociais: reflexões através das contribuições de Norbert Elias. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 13, p. 124-129, 2008.

MIRANDA, M. C. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões e considerações para uma gestão socialmente comprometida. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, janeiro/junho, 2008, p. 114-127.

MOLAIB, M. F. N. Crianças e adolescentes em situação de risco e suas relações com a instituição Conselho Tutelar. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 1015, 12 abr. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8231>>. Acesso em: 26 out. 2006.

NUNES JR., P. C.; AMARAL, S. C. F.; NAKAMOTO, H. O. Esporte e política pública: o caso do segundo tempo em Campinas. In: ENCONTRO DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ESTUDOS SOCIOCULTURALES DEL DEPORTE, 1., 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Alesde, 2008. p.1-9.

PRONI, M.; LUCENA, R. **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002.

SAGRILLO, D. R.; BACCIN, E. V. C.; BOTH, V. J. Políticas públicas de esporte e lazer: análise do programa esporte e lazer da cidade.. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 15. e Congresso Internacional de Ciências do Esporte/Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2., 2007, Recife. **Anais...** Recife: CBCE, 2007.

TAVARES, S. Avaliação de projetos sócio-esportivos. In: MELLO, V. de A.; TAVARES, C. **O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer e inclusão social**. Rio de Janeiro: Shape, 2006. p. 200-211.

TUBINO, M. J. G. **O esporte no Brasil**. São Paulo: Ibrasa Editora, 1997.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso: juventude e política social**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

.....
Recebido em: 20/12/2010

Revisado em: 24/04/2011

Aprovado em: 12/08/2011

Endereço para correspondência

helianasol@gmail.com

Heliana Castro Alves

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Instituto de Ciências da Saúde

Rua Frei Paulino, 30.

Abadia

38025-180 - Uberaba, MG - Brasil - Caixa-Postal: 676